



UNIVERSIDADE EM TEMPOS DE RADICALIZAÇÃO DA CRISE: APORTES AO DEBATE

SILENE DE MORAES FREIRE*, LARISSA COSTA MURAD**, ARTHUR MONTILHO ARAUJO
BATALHA***

Resumo: O presente artigo objetiva discutir alguns aspectos da crise atual da universidade pública brasileira. Entendemos que se trata de um fenômeno ainda não suficientemente aclarado e que não pode ser analisado desconsiderando a sociedade em que nossas Universidades públicas estão inseridas. A história recente do Ensino Superior no Brasil é a história da sua adequação as exigências do capital. Por isso, recorremos a vários momentos que traduzem esse processo. Entendemos que o recrudescimento da crise das Universidades nos últimos anos é representativo do acirramento da crise do capital, momento que culminou no fim do “ciclo ‘lulista’” e faz parte de um projeto e não de um momento isolado. Contudo, o cenário que se pode traçar com uma PEC que objetiva limitar o crescimento dos gastos sociais do governo, como caminho para superação da crise econômica no país, ameaça ser a derrocada efetiva das universidades públicas e do ensino superior como um todo.

Palavras-chave: Universidade Pública. Crise. Brasil.

University in crisis radicalization times: contributions to the debate

Abstract: This article aims to discuss some aspects of the contemporary crisis of the Brazilian public university. It's given that it's a phenomenon not yet clarified and that cannot be analysed whitout observing the social context public universities are into. The recent history of the institution of the higher education in Brazil it's the history of your suitability for the capital requirements. Therefore, we recover several moments that translate this process. The upsurge of the Universities crisis during the last years represents the worsening of the capital crisis, what culminate in the end of the so called “ciclo lulista” and integrate a project, not being one element of an isolated moment. However, the scenario that we can picture with the upturn of the Constitutional Amendment that targets to diminish the government budget with social expenditure, as a way to overcome the economic crisis in the country, threatening the existence of the Public Universities and the institution of higher education.

Keywords: Public University. Crisis. Brazil.

* Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação do FFLCH-USP, Pós-doutora pelo Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Coordenadora do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC/CCS/UERJ) e do Observatório de Direitos Humanos do Centro de Ciências Sociais CCS/UERJ. Email: silenefreire@gmail.com

** Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ; Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado

do Rio de Janeiro (PPGSS/CCS/UERJ); Doutora pelo PPGSS da UFRJ; pesquisadora no Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC).

***Acadêmico de Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). Bolsista de Extensão do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC/CSS/UERJ).

*“A crise da educação no Brasil não é uma crise; é projeto.”
(Darcy Ribeiro)*

1 INTRODUÇÃO

A frase de Darcy Ribeiro acima citada – como mote deste artigo – sintetiza grande parte da história das Universidades públicas no Brasil, ou melhor, das políticas de educação nessa latitude, mas no atual momento revela o projeto do governo que nos assola desde o golpe do impeachment. No tempo presente a crise vem sendo instrumentalizada como um projeto de desconstrução, com início, meio e fim, que percorre todos os vãos da vida nacional, mas se concentra acima de tudo na inviabilização das esferas públicas. Na esfera do ensino superior público os cortes são os mais significativos de todos os tempos, na verdade eles estão cortando de vez as possibilidades objetivas de retomada do desenvolvimento, pois todas as universidades públicas dependem de ensino, pesquisa e tecnologia. Não consideramos exagero afirmar que um dos alvos mais frágeis da crise é sem dúvida a Universidade Pública.

O presente artigo objetiva discutir alguns aspectos da crise atual da universidade pública brasileira. Trata-se de um fenômeno ainda não suficientemente aclarado e que não pode ser analisado desconsiderando a sociedade em que as Universidades públicas estão inseridas. Isso porque a Universidade sempre será um lócus em que se revelam tensões. Como Marilena Chauí elucidada:

A universidade é uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia intelectual e por causa disso pode relacionar-se tanto com a sociedade como com o Estado de maneira conflituosa, dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade de classe e o Estado reforçam a divisão e a exclusão social e impedem a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas (CHAUÍ, 2003, p.37).

Concordamos com Ernesto Leyendecker quando observa que:

A Universidade não está fora da história de um país, tampouco é toda a história, mas por ela 'passa' a história, da vida; neste sentido é aspiração humana, tentativa, ensaio, verificação, drama e desenlace, tarefa comunitária. (...) é uma realidade que fala. (LEYENDECKER, 1974, p.5).

Isso posto, entendemos que a história da Universidade brasileira é a história de nossa sociedade. Sem esse entendimento não podemos compreender como a crise atual é parte de um projeto político.

2 UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: UMA INSTITUIÇÃO TARDIA E ELITISTA

Como é amplamente sabido o Brasil constitui uma exceção na América Latina: “enquanto a Espanha espalhou universidades pelas suas colônias – eram 26 ou 27 ao tempo da independência –, Portugal, fora dos colégios reais dos jesuítas, nos deixou limitados às universidades da Metrópole: Coimbra e Évora” (TEIXEIRA, 1999, p. 29).

Não havia, pois, na Colônia estudos superiores universitários, a não ser para o clero regular ou secular [...] para os que não se destinavam

ao sacerdócio, mas a outras carreiras, abria-se, nesse ponto de bifurcação, o único, longo e penoso caminho que levava às universidades ultramarinas, à de Coimbra [...] e à de Montpellier [...]. (AZEVEDO, 1971, p. 532).

Para Mendonça (2000) a centralidade da Universidade de Coimbra na formação das elites brasileiras é que leva também Azevedo (1971) a afirmar, remetendo-se à Reforma Pombalina, que esta atingiu o Brasil, principalmente, através daquela universidade.

No seu espírito renovado, sob o impacto do ideário iluminista, formaram-se não só alguns dos nossos cientistas pioneiros (da geração de brasileiros que estudou em Coimbra após a Reforma Pombalina, foi proporcionalmente grande o número dos que seguiram cursos de matemática, ciências naturais e medicina), bem como, contraditoriamente – dado o caráter regalista do pombalismo – as principais lideranças dos movimentos insurrecionais de independência política. Entre os primeiros, a figura singular do bispo José Joaquim Cunha de Azeredo Coutinho, parente do reformador de Coimbra, fundador do Seminário de Olinda, unanimemente considerada aquela instituição que, no Brasil, mais claramente expressou os princípios que nortearam a Reforma Pombalina (MENDONÇA, 2000, p.132).

Existiram algumas iniciativas no Império, mas todas fragmentadas e sem grandes impactos no campo do ensino superior. Foram poucas, entretanto, as iniciativas concretas dos governos imperiais, limitando-se à manutenção das instituições existentes e à sua regulamentação.

Não por acaso, Mendonça (2000) observa como muito significativo que, ao criar, em 1937, a Universidade do Brasil, Capanema viria a atribuir-lhe justamente a finalidade, talvez primordial, de controle e padronização do ensino superior no país. Para a autora,

Tal questão remete, por um lado, à discussão sobre as finalidades dessa instituição e, por outro, para a complicada relação entre a universidade e o Estado, tendo em vista que uma das suas demandas essenciais, como instituição historicamente constituída, tem sido a de autonomia, particularmente acadêmica, com relação às demais instituições da sociedade e especificamente com relação ao Estado. Esta será uma questão central no debate que se travará sobre a universidade no Brasil ao longo dos anos 20 a 40, momento da sua institucionalização efetiva entre nós. (MENDONÇA, 2000, p.138).

Como nossa preocupação maior é abordar a crise atual das Universidades achamos importante destacar que o nascimento tardio da Universidade no Brasil é também resultado da sua complexa relação com o Estado brasileiro. O embate travado na primeira metade do século XX talvez seja um dos grandes responsáveis pelo projeto hegemônico de Universidade que se construiu no Brasil. Ainda segundo Mendonça,

o trabalho de Martins (1987) sobre a constituição de uma *intelligentsia* no Brasil, ao longo dos anos 20 a 40, parece fornecer uma significativa chave de leitura. Para esse autor, as condições específicas do país ao longo desses anos propiciaram o surgimento de uma *intelligentsia* brasileira, à qual se integrava o grupo dos chamados renovadores da educação. Essa *intelligentsia* iria empreender, especialmente no período anterior ao Estado Novo, uma tentativa de estruturação do campo cultural, através da criação de *instituições modernas*, que se constituiriam nos "loci" para a fundação, o reconhecimento e a expansão de sua identidade social, e mesmo de sua 'missão' na sociedade" (...). Especificamente, a USP e a UDF seriam a expressão mais acabada dessa tentativa. Ora, para Martins, o Estado viria a

intervir nesse campo cultural, antes mesmo que ele se estruturasse. Desse ponto de vista, a Reforma Campos teria armado o Estado para exercer sua tutela sobre o ensino e, com a criação da UB, essa tutela, especificamente sobre o ensino superior, acabaria finalmente por se impor. Com isso, a autonomia do campo cultural tornar-se-ia letra morta, sendo esse campo invadido primeiro pelo autoritarismo e depois pelo paternalismo do Estado. (MENDONÇA, 2000, p.139).

Tais aspectos do surgimento tardio de nossas Universidades revelam ainda um traço elitista de difícil ruptura.

3 A ADEQUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL AOS INTERESSES DE CAPITAL

Ao longo das décadas de 50 e 60 do século XX, segundo Mendonça (2000, p.141), “o ensino superior no Brasil sofreria o impacto das duas ideologias que se constituíram na base de sustentação dos governos que se sucederam até 1964”. Para ela,

Sob o impacto do populismo, o ensino superior passou por um primeiro surto de expansão no país. Cunha (1983) aponta algumas características desse processo de expansão. **O número de universidades existentes no país cresceu de 5, em 1945, para 37, em 1964. Nesse mesmo período, as instituições isoladas aumentaram de 293 para 564. Independentemente dos valores absolutos, Cunha chama atenção para o fato de que enquanto o número de universidades foi multiplicado por 7, o de escolas isoladas não chegou a dobrar.** Essas universidades continuavam a nascer do processo de agregação de escolas profissionalizantes, como é o caso das nove universidades católicas que se constituíram. Na sua maioria, entretanto, eram universidades federais, criadas através do processo de *federalização* de faculdades estaduais ou particulares. A maioria das atuais universidades federais existentes hoje tem nesse processo a sua origem. (idem, grifos nossos).

Vale ressaltar que ao indicar o caráter indireto da intervenção do Estado na produção da cultura (ou melhor, no mundo da cultura) a partir da ditadura inaugurada em 1964, José Paulo Netto (2005) observa que esta intervenção ocorre a partir do grau de compatibilidade com as políticas sociais. Um dos exemplos que o autor mobiliza – a erradicação do analfabetismo – traduz a necessidade de “acerto de contas” com questões que se constituíram em problemas nacionais no decorrer da história do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O analfabetismo, o parco acesso ao ensino superior, dentre outros, são elementos que, em determinado momento, se tornaram empecilhos ao processo de modernização em curso.

Logo, o investimento no ensino superior, no âmbito da política pública de educação, atende também às necessidades do processo de modernização conservadora, pois a dinâmica do mundo da cultura implica na constituição e consolidação de segmentos intelectuais heterogêneos, necessários inclusive na construção da hegemonia burguesa.

O problema substantivo consiste em determinar a congruência entre projeto de classe e desenvolvimento e florescimentos culturais multifacéticos; mais concretamente, consiste em determinar o nível de abrangência e inclusividade culturais suportados pelos projetos de classes em questão. Nesta ótica, se é verdade que qualquer política cultural porta uma orientação definida, de classe, o verdadeiro problema está em verificar a sua adequação à específica dinâmica do “mundo da cultura” – e a orientação política da política cultural é uma função da direção política condensada no Estado (NETTO, 2005, p.48).

Para Netto (2005), a compreensão da política educacional no período da autocracia burguesa é fundamental para a análise da política cultural, afinal, o papel dos intelectuais no Brasil

confunde-se historicamente com a estruturação de classes, estando intimamente relacionado à sanção e à construção do poder de classe. Para o autor a progressiva expansão da demanda por educação institucional como fator determinante na política educacional do período da autocracia burguesa, especificamente a partir de 1969 está relacionado com a mudança no modelo de ascensão da classe média brasileira, a qual passa a estar centrada no acesso à Universidade – que se torna problemática central na vida social devido à demanda historicamente reprimida.

A mais imediata manifestação da alteração na demanda foi a evidência *do agravamento da crise do sistema educacional*. Crise que vinha de longe, que não fora travada e, menos ainda, revertida sequer no instante de auge inicial da industrialização pesada e que se acentuara na entrada dos anos sessenta (...) (NETTO, 2005, p. 56, grifos nossos).

Sob o impacto da reforma do ensino em 1971, feita a sombra do AI-5 e do Decreto 477, é visível a participação do Estado no controle da produção material e intelectual no Brasil, conforme observou Marilena Chauí (2014). Não por acaso, durante a década de 1970, podemos observar um incrível processo de massificação, através da multiplicação de instituições isoladas de ensino superior, criadas pela iniciativa privada. Apenas entre 1968 e 1974, as matrículas nas universidades passaram de 158,1 mil para 392,6 mil, pouco mais do que o dobro, nas instituições isoladas, das quais $\frac{3}{4}$ privadas, esse número cresceu de 120,2 mil para 504,6 mil. Dessa forma, constituiu-se, no contexto da ditadura, um sistema dual, formado, por um lado, pelas universidades, principalmente públicas, e, por outro, por um sem-número de instituições isoladas que não se diferenciam das primeiras por um critério de especialização, mas, na prática, pela qualidade do ensino oferecido. Não causa espanto que em 1980 as instituições privadas de ensino superior já respondiam a 63% das matrículas e 77% dos estabelecimentos de ensino superior. Contudo, ainda na década de 80 as oscilações destes dados começaram a aparecer revelando um esgotamento desse processo de crescimento. É importante destacar que,

Paralelamente, com o crescente esgotamento do regime militar, no contexto da chamada redemocratização do país, o debate sobre os rumos da universidade foi retomado, sob a direção, principalmente, dos próprios docentes universitários, organizados em entidades representativas, as ADs (associações de docentes universitários), que se multiplicaram ao longo dos anos 80, articulando-se, inclusive, em uma associação nacional, a ANDES (de início, Associação, e, depois, Sindicato Nacional). Essa entidade teve uma ativa participação durante todo o processo constituinte.

Constatava-se, à época, um esgotamento de várias das medidas pedagógico-administrativas propostas pela Reforma de 1968, além de que, mais uma vez, se levantava a bandeira da autonomia universitária. Mesmo que esta discussão estivesse com frequência atravessada por questões de ordem corporativa, havia, sem dúvida, uma retomada da discussão de fundo sobre o papel da universidade, no contexto do processo de democratização da sociedade brasileira.

Algumas iniciativas foram também assumidas nessa direção por parte do próprio governo federal, sem que, entretanto, tivessem maiores efeitos práticos. Durante o governo Sarney, chegou a se constituir uma Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior, composta na sua maioria de professores universitários, que produziu um documento intitulado *Uma nova política para a educação superior*, com uma série de recomendações de mudanças que nunca chegaram a ser efetivamente implementadas. Essa comissão sofreu uma forte resistência por parte do movimento dos docentes universitários, que contestavam a sua legitimidade (MENDONÇA, 2000, p. 148-149).

Na década de 1990, o governo Fernando Henrique Cardoso, representaria outra grande inflexão nos rumos do Ensino Superior no Brasil. A partir desta década a Contrarreforma do Estado, bem como as reformas educacionais implantadas no país, criaram condições para um novo ciclo de expansão do Ensino Superior no país. Todas essas ações só podem ser compreendidas enquanto ferramentas necessárias para a execução de uma “engenharia política” que adapta o Estado brasileiro às exigências impostas pela nova forma do capital. Segundo Marilena Chauí,

Na primeira etapa (anos 1970, “milagre econômico”), a universidade tornou-se “funcional”, voltada para o mercado de trabalho, sendo “prêmio de consolação que a ditadura ofereceu à sua base de sustentação político-ideológica, isto é, à classe média despojada de poder”; na segunda etapa (anos 1980), passou a ser “universidade de resultados”, com a introdução da ideia de parceria com as empresas privadas; a terceira etapa (anos 1990 aos dias de hoje), em que virou “universidade operacional”, marca o predomínio da forma *organização*, “regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível”, estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e “por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual” (CHAUÍ, 2014, p. 2).

A crise das Universidades brasileiras é parte de um projeto político que historicamente optou por sua adequação aos interesses do capitalismo, e por isso antecede a crise econômica das últimas décadas. Não obstante, como instituição pública que tem em seu cerne a potencial garantia de direitos (no âmbito do ensino público), o recrudescimento da crise das Universidades nos últimos anos é representativo do acirramento da crise do capital, momento que culminou no fim do “ciclo ‘lulista’”¹ (MANCEBO, 2017).

Com os governos do Partido dos Trabalhadores – PT– vivenciamos a expansão do Ensino Superior e o crescimento das Universidades Públicas; porém, esta expansão encontra seu ocaso com a erosão de suas frágeis bases de sustentação material. Observaremos a seguir alguns elementos da crise capitalista, os quais têm consequências no que tange ao desfinanciamento que atinge o conjunto do Ensino Superior Público.

O capitalismo pós-década de 1970 tem sido marcado pelo esgotamento de suas possibilidades civilizatórias. A regressão social, inclusive no que tange às conquistas jurídicas, pode ser sentida como uma espécie de epidemia que demarca o acirramento das desigualdades sociais históricas.

Com o advento da terceira revolução técnico-científica, a redução do tempo de trabalho socialmente necessário atinge seu ápice, o que significa o recrudescimento do limite lógico do capital já observado por Marx (1983, 2011). A terceira revolução industrial, ou técnico-científica, está no cerne de uma crise estrutural caracterizada pelos altos potenciais de racionalização, que implicam particularmente no massivo desemprego estrutural e na ficionalização em larga escala do capital.

Os rebatimentos da crise no mundo do trabalho são condicionantes globais a partir dos quais a reprodução das relações sociais ocorre no capitalismo contemporâneo. Como é o caso do desemprego, a qual afeta objetiva e subjetivamente os trabalhadores, inclusive em sua possibilidade real de reprodução social.

Os impactos da crise estrutural-sistêmica (MÉSZÁROS, 2009) no mundo do trabalho envolvem o desemprego massivo, caracterizado por aspectos como a demora na obtenção de novo emprego; o crescimento do desemprego entre atividades gerenciais; a crescente dificuldade de ingresso dos jovens no mercado de trabalho; a reatualização de preconceitos e fundamentalismos no momento da contratação, direcionados principalmente a negros e imigrantes. Combinado ao aumento vertiginoso da informalidade e à flexibilização da proteção ao trabalho.

Outro fator que concerne ao mundo do trabalho no contexto da reestruturação produtiva é a tendência à maior racionalização e enxugamento da esfera pública de serviços. Nessa lógica, o bem-estar social é transferido para o âmbito privado e mercantilizado. O Estado assume a função de assegurar a reprodução da esfera financeira, mantendo o conjunto de políticas macroeconômicas estabelecido pelos organismos internacionais, legando aos grupos sociais privados e aos segmentos desfavorecidos o ônus das exigências de mercado no âmbito de uma política de austeridade fiscal.

O Estado passa a exercer também, de maneira mais contundente, o papel de controlar principalmente os segmentos sociais sobranes, que não encontram mais espaço nas relações formais de trabalho, as quais vêm sendo sistematicamente desconstruídas. A responsabilidade estatal se restringe progressivamente a políticas assistencialistas voltadas ao alívio da extrema pobreza.

A partir dos apontamentos acima, que nos ajudam a compor o cenário atual, indicamos a consolidação de um *ethos* no qual o esgotamento do espaço público – mais especificamente das instituições públicas – é subjacente. Nesse sentido, a radicalização da crise das Universidades públicas atende às necessidades do capital de manter os seus níveis mínimos de reprodução (mesmo que em sua forma fictícia).

Não obstante o desmonte das Universidades públicas brasileiras não ser um fenômeno novo, a radicalização da crise destas instituições se insere no contexto da crise contemporânea desta forma social; e corresponde tanto ao processo de desfinanciamento das instituições públicas que atuam no sentido de mediar o acesso aos direitos sociais, quanto à institucionalização de uma cultura geral de desconstrução das mesmas enquanto forma por excelência do exercício político na atualidade.

Ristoff (1999), em artigo publicado na Revista da Avaliação da Educação Superior, na década de 1990, lê a crise da Universidade Brasileira como uma tríplice crise, o que, por um lado, indica que esta não é uma questão recente; porém, é imperativo pensarmos esta condição a partir das mudanças que ocorreram durante o “ciclo lulista”, as quais foram significativas, e a partir das transformações que estas mudanças representaram em termos de ser um pontapé inicial para a construção de uma Universidade de massas no Brasil – tendo em vista nossa história, a constituição de uma universidade de massas seria inegavelmente um salto qualitativo.

No Brasil nas últimas décadas ampliou-se a possibilidade de qualificação técnica e superior dos profissionais, o que corrobora a análise do autor acerca da crise de modelo, no sentido do espraiamento do modelo norte-americano – que implica na expansão do ensino superior público limitado à oferta de graduação, sem pesquisa, e sem extensão. É importante ressaltar a diferenciação entre Ensino Superior Público e Universidade Pública. Ensino Superior envolve outras modalidades educacionais, em regra, mais estreitas que o modelo de Universidade, particularmente, de Universidade Pública.

Ristoff (1999) utiliza a figura do “matador silencioso” para caracterizar a tríplice crise da Universidade pública brasileira e seu efeito de “deterioração gradual”. No entanto, instaurada a crise estrutural-sistêmica do capital, a deterioração das Universidades públicas brasileiras ganha contornos de política de estado, a qual cumpre o papel de aparar as arestas historicamente deixadas, e levar a cabo o projeto de desmonte das Universidades que tem feito as vezes de matador silencioso – se optarmos por conferir conseqüência à figura do autor mencionado.

Sobre o que o autor chama de crise do elitismo da educação superior brasileira, porém, cabe destacar a noção de que a educação superior no Brasil nasce com um veio elitista. Até o final da década de 1990 tínhamos apenas “10% da população da faixa etária apropriada” (RISTOFF, 1999, p.11) com acesso ao ensino superior. Assim, a resistência social a um sistema de educação superior de massas no Brasil, também não é uma novidade histórica, o que confere ares de conquista aos poucos avanços do “ciclo lulista”.

Todavia, já no final da década de 1990, previa-se a impossibilidade de expansão sem que a qualidade fosse comprometida, principalmente devido ao desfinanciamento já em curso, o qual se agrava no contexto atual:

Fica evidente que as IFES, na forma em que estão estruturadas, instrumentalizadas e subfinanciadas, não têm a menor condição de

atender às presentes demandas por expansão, sem colocar em sério risco o seu padrão de qualidade. Fica, por outro lado, também evidente que ou as IFES se instrumentalizam, com apoio financeiro do governo, para enfrentar o desafio ou estarão condenadas a serem marginalizadas do processo de expansão da educação superior, ficando esta tarefa entregue às instituições particulares ou à vereda sugerida pelos cursos sequenciais, o que as descaracteriza como Universidades (RISTOFF, 1999, p.12).

Vale destacar que o processo de descaracterização das Universidades envolve a redução da experiência universitária à graduação, mas também se refere à demanda produzida pela fase do capitalismo pós-revolução técnico-científica, sendo este outro efeito agravado como consequência da crise do capital. O domínio das novas tecnologias, necessário para o vislumbre de possibilidade de inserção no combalido mercado de trabalho, traduz-se como expansão global desta tendência norte-americana (já identificada pelo autor no final dos anos 1990 como transformação de Universidades em *Colleges*) de criação de cursos rápidos, inclusive na modalidade à distância (EAD), que ofereçam qualificação técnica.

A partir destas notas, indicamos que os avanços da Era Lula em termos de expansão da Universidade Pública possuíam frágeis bases, tanto econômicas quanto em termos de construção de outro projeto político, mais afeito à construção real de um modelo de Universidade pública que não se restrinja já em sua origem à concepção de expansão do acesso ao Ensino Superior – a qual envolve ainda o investimento de recursos públicos em instituições privadas na qualidade de subsídios para a expansão das vagas, logo, igualmente condicionados ao investimento público.

Cabe destacar que, apesar da expansão que possibilitou o início da construção no Brasil de um Ensino Superior de massas, a defasagem histórica do ensino público em geral conduz à permanência de um fosso enorme entre os que conseguem acessar a formação superior e os que sequer possuem alfabetização, conforme observamos no gráfico a seguir:

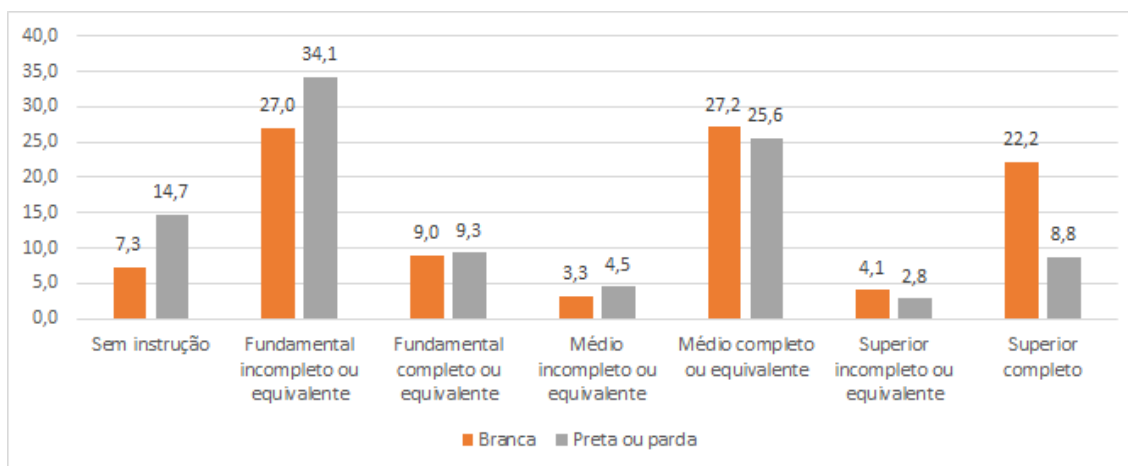


Gráfico – Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo o nível de instrução - Brasil – 2016.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016.

A reportagem do IBGE na qual o gráfico foi apresentado traz ainda a seguinte informação referente à relação entre rede pública e privada: enquanto que, para os cursos até o ensino médio, a rede pública corresponde a mais de 70,0% dos estudantes, no ensino superior de graduação esse percentual se reduz a 25,7%, e na especialização, mestrado e doutorado, 32,9%.

Filgueiras, Druck e Moreira (2018)² apresentam outros elementos que nos permitem indicar ainda o agravamento da crise das Universidades a partir do Governo Temer e a fragilidade da expansão do Ensino Superior iniciada nos Governos anteriores. Considerando o valor do salário mínimo em 2017, 76% dos estudantes das Universidades Federais tem família com renda de até seis salários mínimos (R\$ 5.622), o que corrobora nosso entendimento de que no Brasil os

governos do PT possibilitaram a construção – não obstante frágil – de um modelo não de universidade de massas, mas antes de Ensino Superior de massas. Este modelo é frágil se observarmos o dado exposto acima, segundo o qual no país as instituições privadas de ensino superior já absorvem 70,0% dos estudantes universitários.

Os autores questionam ainda os fundamentos do argumento dos Organismos Internacionais referentes à necessidade de corte orçamentário das Instituições de Ensino Superior (IES); a base de argumentação gravita em torno da noção de ineficiência das IES públicas. Esses dados corroboram a leitura de Ristoff (1999) tanto no que tange a busca por uma suposta eficiência, o que deságua na racionalização de recursos, quanto ao que o autor caracteriza como crise de modelo da Universidade brasileira. Tendo em vista que a expansão do Ensino Superior ocorreu nas últimas décadas sem que a riqueza da forma Universidade e do que esta tem a oferecer acompanhasse esse crescimento. Podemos afirmar, portanto, que a expansão do Ensino Superior no Brasil ocorreu acompanhada do sucateamento das IES públicas.

Em reportagem publicada em 03 de maio de 2018³, o professor Gil Vicente Reis Figueiredo, da UFSC, indica a inviabilidade de manutenção das Universidades Federais públicas no contexto da PEC do Teto dos Gastos (Emenda Constitucional Nº 95). Os dados apresentados pelo professor, reproduzidos na reportagem, corroboram a análise acerca da radicalização da crise das Universidades devido ao desfinanciamento.

Mota e Lima indicam que a crise da Universidade pública é determinada por outros fatores, além do desfinanciamento que marca as políticas públicas nas últimas décadas. Para os autores,

Os ataques às universidades públicas não ocorrem somente através da diminuição drástica no orçamento que impacta em pesquisa, extensão, inovação e formação de recursos humanos essenciais para o crescimento sustentável do país. Elas também são atacadas sorrateiramente por grupos de direita e extrema-direita que visam a retroagir no tempo e transformar a universidade em um lugar permeado por dogmas, preconceitos e ideias pasteurizadas⁴.

Conforme afirmamos anteriormente, a crise das Universidades públicas brasileiras não se restringe à questão do financiamento, não sendo um fenômeno recente. Nesse sentido, os ataques de grupos de direita e extrema-direita à autonomia universitária configuram-se em outro elemento importante de análise.

No entanto, no Governo de Michel Temer, cujo carro-chefe é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos, a condição de subfinanciamento das Universidades públicas tornou-se palpável, a ponto de impossibilitar sua continuidade, além de comprometer o Ensino Superior público em sua totalidade.

Gil Vicente abriu sua palestra destacando que, a partir da implementação da emenda constitucional 95, o percentual do PIB brasileiro que vai para a educação está voltando a patamares na década passada. Ele apontou que, em 2000, 4,5% de todo o produto nacional era investido em educação. Em 2014, esse percentual chegou aos 6% e, de acordo com o Plano Nacional de Educação, aprovado naquele ano, deveria chegar a 10% em 2015. Contudo, o último dado disponível aponta para recuo para a casa dos 5,5%, mesmo patamar de 2010.

Ele afirma que, como consequência da aprovação da EC 95, a projeção é que, entre 2016 e 2026, os gastos do governo federal com pagamentos de juros e encargos da dívida subam de 3,5% para 6,5% do PIB. Por outro lado, com o congelamento dos gastos em áreas sociais e sua limitação à reposição da inflação, essas áreas devem passar de 8% para representar apenas 5,5%

O professor destaca que, como é difícil comprimir ainda mais os já escassos gastos sociais, o resultado será uma forte pressão sobre os

investimentos nas universidades, que, na verdade, já vem ocorrendo nos últimos anos. Em 2015, o orçamento de todas as universidades federais somadas foi de R\$ 13 bilhões. Em 2017, esse valor caiu para R\$ 8,7 bilhões e a previsão para este ano é que sejam gastos R\$ 5,9 bilhões, menos da metade do despendido há três anos. O mesmo cenário se repete para os institutos federais, com queda de R\$ 7,9 bilhões, em 2015, para R\$ 2,8 bilhões neste ano. Segundo sua apresentação, a redução dos investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia chega a 60% em cinco anos⁵.

Os dados revelam um momento político de retrocesso social sem precedentes. No âmbito da educação, o déficit já existente em termos de consolidação do Ensino Superior público é aumentado em larga escala. O que implica tanto na desconstrução dos programas sociais que visavam garantir a entrada e permanência na Universidade de setores historicamente excluídos do acesso à educação pública; quanto na redução de bolsas de estímulo à pesquisa e extensão. Além da insuficiência de recursos destinados ao pagamento de salários de docentes, técnico-administrativos e recursos humanos em geral.

O cenário que se pode traçar com uma PEC que objetiva limitar o crescimento dos gastos sociais do governo, como caminho para superação da crise econômica no país, tem no pressuposto o elemento da redução de recursos nas áreas da saúde e educação. Resta saber se o ínfimo recurso destinado às Universidades não configurará o resultado já anunciado no projeto conservador, isto é, a derrocada efetiva das universidades públicas e do ensino superior como um todo, restando somente migalhas do sentido de universidade democrática que já foi almejado um dia.

Diferentemente de outras áreas, saúde e educação tiveram o limite traçado pelo mínimo a ser gasto e não o máximo das despesas. Em 2017, haverá exceção para as áreas de saúde e educação, que somente passarão a obedecer ao limite a partir de 2018, segundo o governo. Pelo texto, o piso para os dois setores passa a obedecer ao limite de despesas ligado à inflação a partir de 2018. Atualmente, a Constituição especifica um percentual mínimo da arrecadação da União que deve ser destinado para esses setores.

Em 2017, o parecer prevê, no caso da saúde, percentual de 15% da receita líquida, que, segundo a Emenda Constitucional 86, só valerá em 2020. No caso da educação, o piso constitucional foi mantido em 18% da arrecadação de impostos. De 2018 em diante, o valor executado no ano anterior será corrigido pelo IPCA até 2036⁶.

A infraestrutura de prédios recém-construídos como parte do programa de expansão do acesso às Universidades públicas e a manutenção dos edifícios já existentes também ficam seriamente comprometidos com o corte de recursos públicos. Logo, a diminuição do investimento nas Universidades, apontado acima pelo professor Figueiredo, representa impedimento real ao funcionamento das Universidades em curto prazo.

Cabe destacar que as medidas de austeridade fiscal fazem parte da nova cartilha político-econômica a ser implementada mundialmente, vide os casos da Grécia⁷, da Inglaterra⁸, e EUA⁹, que pretendem reduzir os custos de ensino e pesquisa. Tal corte orçamentário agrava o que os dados¹⁰ já demonstravam em termos da queda da qualidade em nível de formação e desenvolvimento tecnológico. O que torna, porém, a situação da educação superior brasileira particular é a defasagem histórica em relação ao acesso – o que parte da intelectualidade brasileira atribui à condição de subordinação aos interesses externos, em outras palavras, a situação de país de capitalismo periférico.

O caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) é emblemático quanto aos impactos do desfinanciamento nas Universidades Públicas e também no sentido da desconstrução do sentido democrático presente no projeto de Universidade que a UERJ

representa. Vale ressaltar que, apesar das particularidades da condição do Estado, que torna o caso da UERJ peculiar, e do caráter federal da PEC do teto dos gastos, o desfinanciamento é o elemento em análise, portanto, podemos indicar a tendência da situação da UERJ se generalizar; o desfinanciamento da educação superior pública atinge agora também as Universidades federais.

Com o desfinanciamento resultante da política de cortes de gastos sociais, a tendência que é reafirmada é a de privatização do ensino superior, a qual vem acompanhada do desmantelamento dos cursos presenciais. Deste modo, nos deparamos com o ensino de feito comercial, que não prima pela consolidação do tripé ensino, pesquisa e extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos trilhados pelas Universidades Públicas no Brasil, em diferentes momentos de nossa história, revelam um campo de tensões diretamente vinculado ao Estado brasileiro e ajudam na compreensão da “facilidade” com que essas instituições se submeteram ao projeto neoliberal da sociedade de mercado, ou “sociedade administrada” (Escola de Frankfurt), que transforma direitos sociais, inclusive educação, em serviços; concebe a universidade como prestadora de serviços; e confere à autonomia universitária o sentido de gerenciamento empresarial da instituição”. (CHAUÍ, 2014, p.1).

Isso posto, queremos deixar claro que a “universidade operacional” corresponde à etapa atual de um longo processo de adequação aos interesses do capital. Conforme Chauí mencionou (2014, p. 2), “a forma atual de capitalismo se caracteriza pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas da luta de classes”. A passagem da universidade da condição de instituição social (pautada pela sociedade e por uma aspiração à universalidade) à de *organização* insere-se, diz Marilena Chauí, “nessa mudança geral da sociedade, sob os efeitos da nova forma do capital”.

Ao se tornarem forças produtivas, o conhecimento e a informação passaram a compor o próprio capital, que passa a depender disso para sua acumulação e reprodução. Na medida em que, na forma atual do capitalismo, a hegemonia econômica pertence ao capital financeiro e não ao capital produtivo, a informação prevalece sobre o próprio conhecimento, uma vez que o capital financeiro opera com riquezas puramente virtuais cuja existência se reduz à própria informação. Entre outros efeitos, essa situação produz um efeito bastante preciso: o poder econômico se baseia na posse de informações e, portanto, essas se tornam secretas e constituem um campo de competição econômica e militar sem precedentes, ao mesmo tempo em que, necessariamente, bloqueiam poderes democráticos, os quais se baseiam no direito à informação, tanto o direito de obtê-las como o de produzi-las e fazê-las circular socialmente. Em outras palavras, a assim chamada *sociedade do conhecimento*, do ponto de vista da informação, é regida pela lógica do mercado (sobretudo o financeiro), de sorte que ela não é propícia nem favorável à ação política da sociedade civil e ao desenvolvimento efetivo de informações e conhecimentos necessários à vida social e cultural. (CHAUÍ, 2003 apud FREIRE, 2011, p. 5).

Destarte, o cenário que está posto realça a necessidade de luta por “outro” projeto de universidade possível, que pressupõe a noção de que a função social da Universidade não pode ser tracejada intramuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Richard. UK universities fall down global league tables after budget cuts. *The Guardian*, 7 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/education/2017>

- /jun/07/uk-universities-fall-down-global-league-tables-after-budget-cuts>. Acesso em: 10 maio 2018.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura Brasileira*. São Paulo: MelhoramentoS; EdUSP, 1971.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, set./dez. 2003. p. 5-15. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>.
- _____. Aula Magna de Marilena Chauí desvenda “Universidade Operacional” 12 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/aula-magna-de-marilena-chauí-desvenda-universidade-operacional/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça; MOREIRA, Uallace. Sobre o caráter da burguesia brasileira. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 1 fev. 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/sobre-o-carater-da-burguesia-brasileira/>>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- FREIRE, Silene de Moraes. *A Universidade do Capital*. Palestra proferida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, 2011. Mimeo.
- LEYENDERCKER, Ernesto. *Universidad y Dependência*. Buenos Aires: Guadalupe, 1974.
- MANCEBO, Deise. Crise Político-Econômica no Brasil: Breve análise da educação superior. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 141, p. 875-892, 2017.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Livro 1, v. 1, cap. 1.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MENDONÇA, Ana W. P. C. A Universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, maio/jun./jul./ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a08.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2017.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MOTA, Fábio Reis; LIMA, Roberto Kant de. Universidade pública sob ameaça. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/universidade-publica-sob-ameaca-22646317?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+oglobo+sofatos+%28OGlobo%29>. Acesso em: 10 maio 2018.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. Crise do capital e consequências societárias. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.
- RISTOFF, Dilvo I. A tríplice crise da Universidade Brasileira. Avaliação - *Revista Da Avaliação da Educação Superior*, v. 4, n. 3, 1999. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1065>>. Acesso em: 18 abr. 2018.
- SIMON, Caroline. How Trump's Proposed Cuts to University Research and Student Loans Could Undermine U.S. Innovation. *Forbes*, 8 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/carolinesimon/2017/06/08/how-trumps-proposed-cuts-to-university-research-and-student-loans-could-undermine-u-s-innovation/#61c4eedb36f7>>. Acesso em: 10 maio 2018.
- SMITH, Helena. Austerity measures push Greek universities to point of collapse. *The Guardian*, 25 sept. 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/sep/25/austerity-measures-push-greek-universities-collapse>>. Acesso em: 10 maio 2018.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

NOTAS EXPLICATIVAS

- ¹ Mancebo, op. cit., utiliza tal periodização – ciclo lulista – para indicar o período de conciliação de classes estabelecido durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). A autora se apropria da análise realizada no livro organizado por Paul Singer e Isabel Loureiro, onde diversos autores analisam diferentes aspectos dos Governos do PT e as contradições oriundas

-
- das transformações levadas a cabo por meio de uma espécie de pacto de classes. Cf. SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Org.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.
- ² FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G.; MOREIRA, U. Sobre o caráter da burguesia brasileira. *Le Monde Diplomatique*, 1 fev. 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/sobre-o-carater-da-burguesia-brasileira/>>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- ³ Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2018/05/teto-dos-gastos-vai-levar-a-inviabilizacao-das-federais-ou-cobram-mensalidade-ou-fecham-diz-professor/>>. Acesso em: 10 maio 2018.
- ⁴ MOTA, F. R.; LIMA, R. K. de. Disponível em: <<https://sofatos.com.br/universidade-publica-sob-ameaca/>>. Acesso em: 10 maio 2018.
- ⁵ Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2018/05/teto-dos-gastos-vai-levar-a-inviabilizacao-das-federais-ou-cobram-mensalidade-ou-fecham-diz-professor/>>. Acesso em: 10 maio 2018.
- ⁶ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-12/saiba-o-que-muda-com-aprovacao-final-da-pec-do-teto-dos-gastos-publicos>>. Acesso em: 10 maio 2018.
- ⁷ Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/sep/25/austerity-measures-push-greek-universities-collapse>>. Acesso em: 10 maio 2018.
- ⁸ Disponível em: <<https://www.theguardian.com/education/2017/jun/07/uk-universities-fall-down-global-league-tables-after-budget-cuts>>. Acesso em: 10/05/2018.
- ⁹ Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/carolinesimon/2017/06/08/how-trumps-proposed-cuts-to-university-research-and-student-loans-could-undermine-u-s-innovation/#150e7dad36f7>>. Acesso em: 10 maio 2018.
- ¹⁰ Os dados aqui utilizados são oriundos de fontes secundárias, ou seja, foram obtidos através das reportagens e notícias referenciadas.